

CULTURA, DIFERENÇA E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DESSES CONCEITOS NOS TRABALHOS SOBRE AFRO-BRASILEIROS

Hélio Maciel dos Santos Júnior – UCDB

José Licínio Backes – UCDB

Agência de Financiamento: PIBIC/CNPq/UCDB

Edital CNPq/2008 - Universal

GT: Saberes locais, educação e diferença

RESUMO: A pesquisa realiza uma análise dos trabalhos apresentados no GT de Afro-brasileiros e Educação da ANPED, identificando se os conceitos de cultura, identidade e diferença são abordados em uma vertente essencialista ou não essencialista. Ele está vinculado à pesquisa “Os conceitos de cultura, identidade e diferença em trabalhos apresentados na ANPED (2005-2009) e suas implicações para o campo epistemológico da educação”, financiada pelo CNPQ. Tal análise é relevante, uma vez que os mesmos contribuem para o entendimento das diversas culturas, identidades e diferenças que se encontram em nossa sociedade, enriquecendo o debate científico e o aprofundamento da questão do outro. Segundo os trabalhos analisados, estudos essencialistas dificultam a luta contra a discriminação, o preconceito e a desigualdade, visto que estes se baseiam no naturalismo imutável do sujeito, no qual seus comportamentos e culturas se encontram ligadas a hereditariedade, resumindo as relações sociais à biologia, tornando-se assim, uma ferramenta de reprodução da hierarquização cultural, negando o processo de construção cultural, naturalizando-o e omitindo a realidade do contexto em que se encontram inseridos os sujeitos. Observamos que os autores dos textos abordam tais conceitos de uma forma não essencialista e realizam críticas ao essencialismo. Dessa forma, janelas para novas reflexões são criadas, como a questão do multiculturalismo e da heterogeneidade presente em nossa sociedade. Os estudos não essencialistas sobre cultura, identidade e diferença contribuem para a luta contra a desigualdade, a discriminação e o preconceito presentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Cultura, Diferença, Identidade.

Considerações Iniciais

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise nos trabalhos apresentados no período de 2004 a 2008 no GT de Afro-brasileiros e Educação, ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.), observando como é dado o tratamento aos conceitos de identidade, cultura e diferença, se eles são abordados em uma vertente essencialista ou não essencialista. Para Silva (2003):

Foram analisados 47 trabalhos nos cinco anos em questão, sendo 8 apresentados em 2004, 11 em 2005, 11 referentes a 2006, 6 trabalhos de 2007 e 11 do ano de 2008, abrangendo todas as regiões do país, 4 trabalhos da região sul, 26 da sudeste, 4 da nordeste, 10 da centro-oeste, 1 da norte e 2 sem identificação.

Por concepção essencialista de cultura, identidade e diferença entendemos que é as que ignora o contexto de produção das identidades e diferenças: “por muito tempo, acreditou-se que categorias provenientes dos sistemas de classificação eram imutáveis, naturais ou dadas por alguma força sobrenatural que prescrevia o nosso destino de uma vez por todas.” (GONÇALVES, 2003, p. 15).

Já a perspectiva não essencialista compreende a cultura, a identidade e a diferença como contextuais, relacionais e históricas. De acordo com Woodward (2000, p. 30) “diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais”, ou seja, tendemos a agir e a pensar conforme os valores estipulados por cada cultura, neste caso, a cultura branca cristã, sendo “[...] necessários muitos esforços ao longo do século XX para começarmos a compreender que categorias sociais, raciais, culturais são construídas nas lutas sociais” (GONÇALVES, 2003, p. 16).

Com base nessas formas de entende a cultura, a identidade e a diferença, passamos a analisar como estes não usados nos trabalhos no GT da ANPED.

O conceito de identidade nos trabalhos analisados

Dos 47 trabalhos, foram analisados 17 artigos que abrangem de forma direta e indireta os conceitos de identidade. Tais trabalhos foram separados dos demais pelo fato de tratarem o assunto com maior ênfase. Para que esta reflexão fosse realizada com maior rigor, dividimos os 17 artigos conforme a temática dos trabalhos, a saber, educação, ensino superior, cultura e comunidade.

No que diz respeito a identidade e o âmbito escolar, podemos verificar em Veríssimo (2004) um estudo não essencialista sobre a formação da identidade de crianças negras no espaço escolar, constatando a dificuldade da escola em lidar com a questão do racismo e da autodenominação por parte dos alunos, pais e professores. Para a autora, “olhar para o outro ainda é um obstáculo na construção da identidade.” (VERÍSSIMO, 2004, p. 14)

De forma semelhante podemos verificar em Marques (2006, p. 5) uma reflexão sobre a identidade. Para esta autora, “os efeitos decorrentes da discriminação interferem de maneira negativa na construção da identidade pessoal. A identidade de uma pessoa é construída no decorrer da vida a partir de suas experiências nas relações sociais [...]” nos deixando claro que a identidade é uma construção, estando estritamente ligada ao meio no qual o sujeito vive e a maneira que ocorre a interação com a sociedade. Para Rosa (2006) e Gonçalves e Soligo (2006), a construção da identidade é afetada quando a escola não se encontra preparada para lidar com esta questão. Rosa (2006) faz uma análise sobre o conceito de identidade tomando-a como relacional, construída a partir de elementos simbólicos e sociais dentro do contexto onde se insere o sujeito, sendo então externa ao mesmo, podendo ser construída tanto com elementos negativos como positivos, resultando na reflexão que Gonçalves e Soligo (2006) realizaram, ou seja, o despreparo das escolas acaba por repassar a identidade branca como modelo a ser alcançado, em detrimento da identidade negra, dificultando assim, uma construção positiva desta mesma identidade.

Tal despreparo faz com que os professores construam uma visão essencialista sobre os alunos, como podemos ver em Pinho (2005), que faz uma crítica sobre essa visão onde “eles faziam uma biografia negativa do aluno” (p. 6) baseada em seus traços negróides, pois “essas percepções dos professores [...] estão enraizadas numa visão de referência etnocêntrica europeizada” (PINHO, 2005, p. 15).

Segundo Britto (2007) essa dificuldade apresentada pela escola para lidar com estas questões “é o que faz com que as crianças negras, muitas vezes, fiquem isoladas numa sala de aula [...] pela interferência dos adultos que cultivam idéias negativas sobre os negros [...]” (BRITTO, 2007, p. 6). Também podemos encontrar nos trabalhos de Costa (2005) e Silva (2006) uma reflexão sobre as representações de personagens negros no livro didático, onde o modo como os livros didáticos tratam o negro, com simbologias, imagens de inferioridade, personagens secundários que apenas tem o papel de serem corrigidos pelo branco ou acompanhá-lo na história, constroem uma

identidade negativa por parte do aluno negro e reproduz a discriminação dentro das escolas, contribuindo para a evasão e a negação da identidade. Geralmente são usados “[...] livros didáticos que naturalizam a branquidade de seu público, concebendo-o como supostamente branco” (SILVA, 2006, p.2), fato este que não contribui para uma construção positiva da identidade.

Costa (2005) ressalta a importância de se localizar e combater as diferentes formas de propagação e manutenção das discriminações e preconceitos raciais existentes no país e que o livro didático é uma dessas ferramentas na construção de uma identidade negativa negra, ao repassar imagens de um povo estigmatizado e submisso, como se essa fosse a condição normal dos negros. Felizardo Junior (2008) realiza uma pesquisa que tem a intenção de compreender “[...] as configurações a partir das quais os jovens se socializam e desenvolvem interações com seus pares de lazer [...] fora do espaço escolar, em momentos nos quais a expectativa era de que eles estivessem estudando[...]” (p. 1). Importante ressaltar este estudo pois, o autor tenta compreender quais as experiências vivenciadas por esses jovens em outros espaços que não fosse o da escola, que apresentava maior significado. Trata-se de um estudo não essencialista da identidade desses jovens, uma vez que se buscava “[...] incentivar os sujeitos a revelarem, por meio dos temas propostos para diálogo, o modo como se constroem na especificidade da vida juvenil, bem como os elementos que participam, implícita ou explicitamente desta construção.” (FELIZARDO JUNIOR, 2008, p. 7) Desta maneira, o autor encara os sujeitos da pesquisa não como coisas, nem os naturaliza em sua pesquisa, mas aborda-os como sujeitos com representações culturais.

Na esfera do ensino superior, Menin e Shimizu (2006) fazem uma análise interessante sobre as representações sociais que as políticas de ações afirmativas geram, enquanto contribuintes para a construção da identidade. Para estas autoras, tais ações tendem a construir uma identidade confusa entre os alunos negros, pois esses são vistos como oportunistas, onde “[...] os alunos negros de faixa salarial maior foram os mais cépticos em relação à capacidade dos beneficiários das medidas. Esse resultado parece evidenciar o fenômeno de ‘branqueamento’, em que os negros passam a se identificar com uma ideologia dos brancos” (MENIN E SHIMIZU, 2006, p. 18), mas que a presença de negros dentro das universidades, é um elemento que possibilita a construção de uma identidade positiva, caracterizando assim, o não essencialismo de sua abordagem. Trabalhos como o de Amorim e Muller (2004) trazem a discussão sobre a identidade dentro das universidades. Amorim e Muller (2004), com base em Munanga

(2002), trazem três distinções da identidade: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade-projeto, onde nesta última, se constrói uma nova identidade, mostrando-nos que a identidade é uma construção.

Outros autores que podemos citar quanto à identidade como processo de construção, portanto, adeptos de uma concepção não essencializada são Silva (2008), Souza (2005), Ribeiro (2008) e Silva (2004).

No trabalho de Souza (2004) podemos ver o estudo não essencialista que a autora realiza, quando a mesma foca o debate entre os conceitos de identidade e os mecanismos que constituem a construção identitária, além de abordar de uma forma crítica os conceitos essencialistas, mostrando definições sobre esses estudos de identidade, onde a visão naturalizada de uma identidade cultural remete “[...] o indivíduo ao grupo original de vinculação, sendo a identidade vista como essência[...]” enquanto que as abordagens culturalistas por sua vez, fogem dos pilares biológicos e aplicam o determinante cultural como herança. Em ambas, “a identidade é definida como preexistente ao indivíduo que interioriza os modelos culturais que lhe são impostos” (SOUZA, 2005, p. 4).

Já no trabalho de Silva (2008) a autora trata a identidade percorrendo o trajeto escolar de sujeitos negros que, com o auxílio positivo da família, conseguiram adentrar em Universidades, fatores decisivos não só para a construção da identidade, mas também para a aceitação do indivíduo enquanto sua afirmação como afrodescendente.

No trabalho de Ribeiro (2008) o *hip hop* aparece como um contribuinte cultural para a construção da identidade, realizando um estudo sobre o que os pesquisadores dizem sobre o estilo musical *hip hop* nas escolas. Para o autor, esta é uma ferramenta que contribui para a construção de uma identidade negra, assim como a possibilidade do enfrentamento contra os discursos racistas, que tendem a hierarquizar e provocar a autonegação. Desta maneira, os discursos do hip hop se opõem aqueles que visam estudar de maneira essencialista a população negra, ao colocar em prática letras que denunciam o sistema e os ideais de dominação cultural impostos pela sociedade branca.

No trabalho de Backes (2008) vemos a importância da Universidade para o fortalecimento e construção da identidade, sem deixar de fora o papel exercido pela comunidade que os sujeitos entrevistados estavam inseridos, neste caso, uma comunidade de descendentes negros. O autor reflete sobre “[...] os vínculos coletivos por meio da identidade étnico-racial [...]” (p. 2) nos mostrando que “[...] a existência destes vínculos contribuem de forma decisiva para o processo de afirmação das

identidades, ressignificando-as.” (p. 2) Em Silva (2004) encontramos um processo semelhante. O autor se apóia no conceito de uma identidade negra construída com elementos positivos através do abandono do modelo cultural branco, realizando pesquisas na vila de Belíssima Trindade, onde a tradição oral foi um elemento significativo na construção de uma identidade negra baseada nas histórias dos antepassados dessa comunidade, construindo outro significado, totalmente positivo na afirmação da identidade negra para os mais jovens desta mesma comunidade. Em ambos os trabalhos, podemos notar a afirmação da identidade negra através da valorização no passado como um constituinte identitário. Segundo Woodward, “umas das forças pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos,” (2000, p. 11) neste caso, os antepassados de mesma origem foram um elemento em comum para que fosse possível construir uma identidade positiva. No trabalho de Reis (2004) a autora recorre à construção e reconstrução da identidade de uma comunidade remanescente de quilombo através da história oral onde, ela descobre que mesmo inseridos em um contexto específico, a comunidade tende a negar a identidade negra por conta dos preconceitos por eles sofridos e que através da retomada da história de seus antepassados, pode-se reconstruir uma identidade negra com determinantes psicológicos positivos, pois “a identidade negra não deve ser compreendida como algo constituído; pelo contrário, ela é uma construção, e deve ser percebida como um ‘processo identitário’” (REIS, 2004, p. 16).

A partir desses estudos realizados por Silva (2004) Reis (2004) e Backes (2008) podemos perceber que a identidade é constituída através do exterior do indivíduo, fazendo parte de sua singularidade, das representações sociais, não sendo a identidade um elemento encontrado na essência do sujeito, mas propícia a alterações e transformações. De acordo com Woodward (2000): “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeito” (p. 17).

O conceito de cultura nos artigos analisados

Para a análise dos conceitos de cultura dentro dos artigos estudados, o processo foi semelhante ao tópico anterior, isto é, foram separados 15 artigos que analisaram esses conceitos de forma mais abrangente. Separamos os conceitos encontrados nos artigos em multiculturalismo na escola e os estudos que propiciam o estudo histórico dos

sujeitos silenciados historicamente. Iniciamos esta abordagem com os estudos históricos de cultura, onde muitos dos artigos estudam memórias e contextos, ações dos sujeitos sociais que foram excluídos da história. Em Moraes (2006, p. 2) “[...] culturas diferentes não são inferiores e podem, em convivência, apropriar ou incorporar elementos umas das outras, a partir de ‘mediadores culturais’.” Santos (2006) reforça a idéia, se apoiando na teoria da hermenêutica diatópica, que “[...] parte da idéia de que todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas [...]” (p. 5)

Partindo dessas análises, entendemos que as culturas se reconstróem em contato umas com as outras, absorvendo elementos que as completam, transformando-se e se resignificando.

Cunha (2005) realiza uma pesquisa de um projeto escolar para negros no ano de 1883, analisando como a formação cultural estabelecida neste período se diferencia a partir do modo como é repassada, fugindo dos interesses de dominação, destacando a forma positiva de como os negros respondem a essa forma de educação, nos mostrando que a “[...] História e Cultura Afro-Brasileira é um conceito em construção. Muito ao contrário de “fechá-lo”, dizendo que é isso, ele precisa ser “aberto” [...]” (PEREIRA, 2007, p. 2)

Podemos encontrar essa mesma preocupação no trabalho de Jovino (2008). Esta autora aborda a cultura dos negros do século XIX de uma forma que se afasta dos estudos essencialistas ao abordar historicamente as crianças deste período, enfatizando que “do ponto de vista da sociologia, a criança e a infância são construções sociais produzidas a partir das práticas sociais e desta forma, tanto a criança quanto a infância não podem ser vistas como únicas e universais.” (JOVINO, 2008, p. 2)

No que diz respeito a 13 de maio, o artigo de Silva (2007) reflete sobre como essa data se tornou um símbolo importante de dominação, sendo necessário traçar caminhos para sua reconstrução histórica e ideológica, sendo necessário “[...] reescrever a história da Abolição como resultado também de um longo processo de lutas do negro brasileiro e da população consciente contra o regime escravista” (p. 13), enfatizando-os como sujeitos transformadores e se opondo ao essencialismo imposto nessa questão.

Antes de darmos início aos conceitos de cultura no que tange a educação, é importante mencionar o trabalho realizado por Miranda (2005, p. 1) que realiza uma crítica abrangendo as narrativas sobre cotas veiculadas em jornais e emissoras de televisão, ferramentas que tem força de convencer e forjar identidades, onde as

“branquidades inquestionadas marcam esses territórios por processos de colonização e têm orientado culturalmente as estruturas sociais[...] (p. 5). Desta forma, podemos ver a construção da cultura branca como modelo, justificando assim sua dominação, através das ressignificações de lutas e reivindicações da parcela negra, banalizando-as como um todo, provocando o essencialismo. Passos e Carvalho (2008) tratam da cultura de matriz africana baseada na diáspora negra, destacando que “a diáspora é a vida no exílio e por isso tem que ser pensada na cultura como um processo dinâmico, sem essencialismos, nos processos históricos. O estar em outra terra exige uma re-configuração das identidades.” (PASSOS E CARVALHO, 2008, p. 8)

No artigo realizado por Rodrigues (2005) há uma reflexão sobre como nos campos educacionais as culturas ocidentais são tomadas como modelo e que as demais culturas que não são oriundas deste meio são veiculadas de forma depreciativa, pejorativa e discriminatória, onde a história dos negros no Brasil é tratada de forma mitificada e ignorada, provocando um forte prejuízo na construção identitária e cultural da população negra. De uma forma semelhante, De Paulo (2004) estuda os núcleos do PVNC (movimento pré-vestibular para negros) e analisa o conceito de cultura como uma das diferentes formas que o racismo se propagou e interferiu na vida da população negra desde a escravatura até os dias atuais. Também nos diz que através de uma matéria chamada Cultura e Cidadania, foi possível a compreensão de como essa ideologia cultural interferiu no processo de construção da identidade e de como essa imagem pejorativa pode ser desconstruída, valorizando-os como sujeitos sociais e dando-lhes a oportunidade de construir uma auto-representação social positiva e “[...] levando-as a assumir identidades sociais que as tornam cidadãs do mundo e produtoras de cultura” (DE PAULO, 2004, p. 3).

Gonçalves e Silva (2005), Siss (2005) e Santos e Canen (2007) tratam do tema multiculturalismo tomando como foco a fragilidade apresentada pela escola em lidar com o mesmo e sobre as relações de poder e interesse que levam a construção de visões essencialistas, “[...] proveniente de uma formação profissional que se edificou sobre as bases do eurocentrismo, conseqüentemente, privilegiando a cultura européia como padrão e inquestionável” (GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 16) criticando-as. Santos e Canen (2007) fazem uma reflexão sobre a sociedade, sobre esta se apresentar de forma monocultural e de referencial etnocêntrico e, se baseando em Serrano (2002) lembram que “[...] o poder de uma cultura majoritária pode impedir-nos de ver e aceitar a

existência, o valor e a riqueza de perspectivas de outras culturas” (Santos e Canen, 2007, p. 2)

Essa dificuldade tanto da sociedade como da escola em lidarem com o tema do multiculturalismo, dificultam a valorização das demais culturas, perpetuando o essencialismo, conforme nos mostra Siss (2005):

Ao operarem a homogeneização racial e cultural da sociedade brasileira, essa formação promove a invisibilidade dos diversos segmentos que a compõem. O professor, assim formado, não estará instrumentalizado para a prática docente no seio de uma sociedade plural. Sabe-se que, a clientela da escola pública não é cultural e nem racialmente homogênea e que o alunado de origem Afro-Brasileira é parcela expressiva dessa escola. (p. 11-12)

Para Petit e Cruz (2008) existe a necessidade de refletir como “[...] tratar da História e Cultura Afro-Brasileira sem entender como se processa a cosmovisão no Brasil[...]” (p.1). Para essas autoras, o não entendimento da cultura negra, gera a folclorização e/ou superficialidade nestas abordagens “[...] que dispensam a apropriação da cosmovisão africana” (p.2), e questionam: “Até que ponto estaremos condizentes com a visão de mundo que perpassa as manifestações culturais apresentadas?” (p.2)

Também partilha dessa visão não essencialista Nunes (2006) que realiza uma pesquisa com crianças trabalhadoras de uma escola rural, tentando apreender o significado de escola, através do viés etnográfico, onde “a particularidade dos sujeitos, dialeticamente, representa a sua pluralidade [...]” (p. 2) e suas representações como a “tripla constituição do sujeito – gênero, raça/etnia e classe – afasta a idéia de unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não fragmentado.” (NUNES, 2006, p. 4).

Desta maneira, os autores filiam-se a uma concepção não essencialista, olhando os sujeitos da pesquisa não como coisas ou seres naturalizados, distanciando-se deste conceito, pois analisam o contexto em que estão inseridos.

Os conceitos de diferença

Entendemos que a diferença é construída a partir de representações que tiram o negro como um sujeito agente da história para a posição de passivo, seja pelos meios de comunicação, livros didáticos, silêncio, a normalização de comportamentos

estigmatizadores e preconceituosos, e em visões pejorativas que foram se arraigando dentro da sociedade, tornando-se uma ferramenta eficaz na reprodução da discriminação e na hierarquização a favor da desigualdade. Gonçalves (2003) acredita que “conhecer esses sistemas classificatórios significa conhecer os nossos pertencimentos (sociais, religiosos, raciais...), os lugares que ocupamos na hierarquia social e as estruturas básicas de nossa personalidade” (p. 15), ou seja, é fundamental conhecer os mecanismos que tanto hierarquizam, segregam, que colocam o negro na posição de estranho, exótico, e principalmente incapaz. Segundo Gonçalves (2003) “a negritude, estampada na pele como marca apresentadora do indivíduo negro à sociedade, torna-se o eixo fundamental de sua vida, em torno do qual imbricam-se todos os contextos experienciais” (p. 305).

Com base na reflexão de Gonçalves (2003), a negritude, uma marca que sempre estará presente na vida do negro, torna-se dentro da sociedade, um estigma, uma vez que tais marcas o representam nas relações sociais e remete para o negro uma visão estereotipada de inferioridade. Um branco indolente é apenas indolente. Já o negro indolente, o é pela sua cromática, ignorando-se a singularidade.

Separamos 15 artigos dos 47 trabalhos analisados e analisamos os conceitos de diferença nos mesmos, e como essa é construída, de como as categorias de cor/raça estão “[...] ligadas à “invenção” do que é “ser negro” no Brasil e o tratamento destinado à população negra nos diferentes lugares e contextos.” (CRUZ, 2006, p.1)

E qual seria essa “invenção” que critica Cruz (2006), senão o de naturalizar as relações sociais? Estaria diretamente ligado à questão da diferença? Como a escola se posiciona diante dessa realidade? Veríssimo (2005) questiona se a exclusão racial dentro das escolas é um elemento a ser considerado, em um contexto onde a escola não está preparada para lidar com as questões pluriétnicas, por falta de interesse na parte dos governantes devido à estreita ligação de poder que estes têm com os interesses das classes dominantes. Sua pesquisa se mantém em um viés não essencialista, pois ao tentar encontrar respostas para o processo dessa exclusão a autora segue a busca da sociologia, “[...] desnaturalizar os fenômenos sociais como algo pré-determinado [...]” (p. 2). Dessa maneira, Veríssimo analisa “[...] a escola, seus atores, relações sociais e um conjunto de dados estatísticos. Paralelamente, foi feito um levantamento de contexto social e político [...]” (p. 2), onde podemos perceber a preocupação da autora em compreender os sujeitos da pesquisa em questão. Já para Coelho (2007) o silêncio é um agravante no processo de respeito e entendimento das diferenças, conseqüentemente

na luta contra as visões essencialistas: “A cor no Brasil é como aquele sujeito que está presente, mas não é referido – ele está ali, mas ninguém vê, ninguém nota, ninguém se interessa. Há muito silêncio em torno de sua presença.” (COELHO, 2007, p. 1). Coelho (2007) ainda nos lembra sobre as definições de beleza ou de sua falta, atribuídas ao branco como modelo, onde “a cor da pele, índice de destaque, continuava sendo índice de distinção na escola – quanto mais negra, menos importância.” (2007, p. 11)

Jesus (2008) faz uma abordagem no cotidiano de escolas públicas e micro-ações afirmativas por parte de professores dessas mesmas escolas, nos lembrando – e realizando uma crítica – que a razão do pensar as diferenças se centraliza no que somos em comparação ao outro, “[...] o pensamento colonizador ocidental, que, em nome desta distinção, hierarquizou tendo em vista diferenças étnico-raciais e culturais, ficando, é claro, com a posição hierarquicamente superior – o eu, referência e padrão.” (JESUS, 2008, p. 1)

Desta forma, podemos ver que as diferenças são construídas atendendo interesses externos de justificação da dominação, de exploração e perpetuação de visões que essencializam, naturalizam o outro.

Brandão (2004), Passos (2006) e Castro (2005) partilham da mesma idéia ao analisarem as diferenças de escolaridade no que se refere aos brancos e negros. “Embora a escolaridade média de negros e brancos tenha aumentado [...] percebemos que as desigualdades ainda são maiores no grupo negro”, onde “as diferenças no acesso e na permanência na escola têm contribuído para que os negros e negras se mantenham em desvantagem nos diferentes aspectos de suas vidas[...]” (PASSOS, 2006, p. 1) ocasionando, segundo Brandão (2004) “[...] outras conseqüências no mercado de trabalho, principalmente porque as disparidades são progressivamente maiores quanto mais subimos na hierarquia dos níveis de formação.” (p. 1) Castro (2005) complementa:

O que se percebe é que a diferença de tratamento dispensado a negros e brancos no Sistema de Ensino, deixa a desejar, gerando prejuízos às crianças negras, quando em seu âmbito ocorrem atitudes de discriminação e exclusão, reproduzidas sob diversas formas com base nos modelos eurocêtricos tidos como superiores. (p.2)

Desta maneira, tais autores realizam um estudo não essencialista sobre essas diferenças, ao questionarem historicamente tais diferenças que se mostram em nossa sociedade, assim como fez Arantes (2008) em seu artigo, que nos mostra um estudo

sobre a diferença no tratamento e educação de crianças desvalidas na província de Pernambuco do século XIX, onde em uma das instituições, a Casa dos Expostos, “meninos e meninas negros deveriam ter um tratamento diferenciado [...] apesar de serem entregues nas mesmas condições[...]” (ARANTES, 2008, p.7). Segundo a autora, as possibilidades de uma vida melhor não era igual para estas crianças, as meninas negras apenas poderiam casar-se com enjeitados e não aprendiam tarefas consideradas de mulher na época, enquanto apenas os meninos brancos aprendiam as artes letradas. Em contrapartida, as meninas brancas poderiam escolher casar-se com enjeitados ou com pessoas de ofício, enquanto os meninos negros apenas lidavam com a terra, evidenciando “[...] as desigualdades, que se estabeleciam entre meninos e meninas e brancos e negros na referida instituição.” (p. 8) Trata-se de um estudo não essencialista, pois se preocupa em mostrar não só o contexto da época, mas alguns fundamentos que explicam as diferenças que existem entre brancos e negros nos dias atuais, bem como disse Jesus (2006,) “[...] o ato de classificar não é neutro, ele é histórico e social” (p. 2), reforçando a idéia que se afasta dos pensamentos essencialistas.

Outro estudo interessante sobre a construção das diferenças e suas relações de poder, está no artigo de Barreiros (2004), um estudo não essencialista que tem como foco não só abranger os processos de exclusão através da escrita, mas também da construção de identidades, ressaltando:

Reconhecer que os dialetos são diferentes é já um grande passo, reconhecer que, do ponto de vista lingüístico, têm a mesma qualidade é outro passo indispensável, mas entender que o que faz com que um seja considerado de maior prestígio que os outros tem origem na história das disputas de poder que se estabeleceram no desenho da estrutura dessa sociedade de maneira absolutamente desigual, isto é que faz diferença. (p. 12)

Reconhecer essas diferenças, é essencial na luta contra os estereótipos que se originam com o essencialismo, e o não reconhecimento imbrica na impossibilidade do diálogo, de conhecer o diferente, resultando na incapacidade da sociedade em falar diretamente com o outro. De acordo com a crítica de Gomes (2008), “ao desconsiderar as pessoas, seus fenótipos, sua cultura, a sociedade não reconhece as diferenças que existem entre o eu e o outro, perdendo a chance de dialogar com o diferente” (p. 8), lutar pelo respeito e a desconstrução de mitos que discriminam, segregam e acima de

tudo, no contexto desse trabalho, essencializam. Também partilha dessa idéia Dupret (2008) quando nos lembra que “[...] é fundamental compreender que sem a possibilidade de generalizar, afloram as diferenças entre os jovens, caracterizando suas singularidades e enriquecendo o estudo psicológico com esta diversidade.” (p. 3)

Mas também não é apenas a escola que não se encontra preparada para lidar com as diferenças, com o multiculturalismo e a heterogeneidade. A Universidade também se mostra assim, segundo as análises de Valentim (2007) em um curso de direito numa Universidade Pública Estadual e Santos (2005) que por sua vez realiza um estudo na UFMT sobre o perfil de alunos dos cursos de História, Economia e Direito. A primeira autora levanta dados provenientes de entrevistas com professores, nos quais “[...] todos os professores percebem as mudanças pelas quais seu curso passa no que tange à crescente heterogeneidade do corpo discente, mas para alguns seria melhor não evidenciar essa diferença não a problematizando” (VALENTIM, 2007, p. 13). Segundo a autora, “[...] silenciar a diferença é uma das estratégias habituais da nossa ‘democracia racial’, reconhecer as diferenças étnicas e raciais entre os brasileiros contraria o credo nacional de que somos um só povo, uma só raça.” (p. 13) Essa atitude de se silenciar frente a essas novas realidades acaba por si só provocando o essencialismo, dificultando a desconstrução da diferença vista como um conceito construído para reunir elementos pejorativos e discriminatórios, inferiorizando o negro, justificando assim a idéia de posicioná-los como dominados, inferiores, incapazes, diferentes. (SANTOS, 2005)

Para Gomes (2004) é importante que se desconstrua essas concepções essencialistas a partir de lutas e rever certos pensamentos. “Costuma-se dizer que as gerações mais jovens estão perdidas. Na realidade, quando analisamos a relação entre juventude e mundo adulto podemos ver que nós, os adultos é que estamos ‘perdidos’ em nossos valores, projetos, utopias e autoridade.” (GOMES, 2004, p. 2) Para essa autora, é a partir da “herança” que deixaremos para as gerações futuras, que poderemos pensar uma sociedade mais igualitária, com respeito às diferenças, “[...] que se possa contrapor, contestar e criar um conjunto próprio de orientações, opções, caminhos e utopias [...] (p. 2), porém apenas será possível, a partir do momento em que deixarmos “[...] um estoque bem definido de valores para o diálogo [...] (p. 2), sendo assim possível desmistificar, desnaturalizar os sujeitos até então silenciados, segregados e marginalizados que se encontram presente em nossa sociedade.

Também na análise do conceito de diferença, as formas que os autores utilizam, são formas não essencializadas.

Considerações Finais:

Após analisar os artigos correspondentes aos 5 anos em questão, refletimos sobre como estão sendo tratadas as questões que trespasam os conceitos aqui tratados. Dos 47 artigos discutidos, nenhum apresentou visões essencialistas, apesar de que talvez não apresente surpresa, por esses trabalhos estarem intimamente ligados a questões de reflexões críticas sobre o assunto.

Os estudos abrem novas janelas para novas reflexões, como o despreparo histórico das escolas e Universidades em lidar com assuntos como o multiculturalismo, a heterogeneidade, as diferenças e diversas identidades que se fazem presente na realidade não só dessas instituições, mas da nossa sociedade. Pergunto: Como fazer para que tais estudos não essencialistas, que mantêm um ideal de desconstrução de mitos e estereótipos que tanto prejudicam os negros, índios e pobres, ganhem força suficiente o bastante para que possam atingir as esferas da sociedade, uma vez que a mesma, juntamente com a escola parecem fechar os olhos para essa questão, mesmo com todas as lutas se evidenciando?

Referências

AMORIM, Andréia Maria da Cruz Oliveira e MULLER, Maria Lucia Rodrigues. **Educação e relações raciais:** Família, sucesso escolar e a percepção de alguns universitários negros sobre a cor. 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.

ARANTES, Adlene Silva. **Educação de crianças desvalidas na província de Pernambuco no século XIX.** 31ª reunião da ANPED: Caxambu, 2004.

BACKES, José Licínio. **Comunidades afro-brasileiras:** Comunidades éticas que resistem ao individualismo pela afirmação de sua identidade. 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.

Barbosa, Lucia Maria de Assunção, Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e, Silvério, Valter Roberto. **De Preto a Afro-descendente:** Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDUFSCAR, 2003.

BARREIROS, Cláudia Hernandez. **A escrita é um processo difícil!** (O que dizem estudantes oriundos de pré-comunitários sobre a leitura e a escrita na universidade) 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.

BRANDÃO, André Augusto. **Avaliando um pré-vestibular para negros pobres.** 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.

- CASTRO, Edmara da costa. **Educação superior:** A importância das “redes de apoio” na trajetória escolar de alunos negros universitários. 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Silêncio e cor:** Relações raciais e a formação de professoras no estado do Pará (1970 – 1989). 30ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2007.
- COSTA, Cândida Soares da. **Percepções de alunos e professores sobre a discriminação racial no livro didático.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- CRUZ, Eliana Marques Ribeiro. **Cor/raça no censo escolar 2005:** O que é ser preto, branco, pardo? 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- CUNHA, Perses Maria Canellas da. **Reconstruindo a memória de um projeto escolar para negros.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- DE PAULO, Nelia Regina dos Santos. **Movimentos de educação popular:** Um estudo sobre os pré-vestibulares para negros e carentes no estado do Rio de Janeiro. 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.
- DUPRET, Leila. **Cultura afro-brasileira e o jovem da baixada fluminense:** Diferenças e desafios. 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.
- FELIZARDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Socialização e educação:** Um estudo com jovens negros num espaço público de lazer de uma grande metrópole. 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.
- GOMES, Márcia Regina Luiz. **A percepção da discriminação racial pelas lentes de famílias negras e brancas em Cuiabá – MT.** 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.
- GOMES, Nilma Limo. **Juventude, práticas culturais e negritude:** O desafio de viver múltiplas identidades. 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.
- GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias e SILVA, Maria Vieira da. **A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural:** Avanços e limitações. 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias e SOLIGO, Ângela Fátima. **Educação das relações étnico-raciais:** O desafio da formação docente. 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- JESUS, Lori Hack de. **O campo de possibilidades na trajetória de alunos negros do ensino médio.** 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- JESUS, Regina de Fátima de. **Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas.** 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.
- JOVINO, Ione da Silva. **Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras:** Ambigüidade no século XIX. 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008
- MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **A identidade negra e o currículo escolar:** Um estudo comparativo entre uma escola de periferia e uma escola de remanescentes de quilombos. 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.

- MENIN, Maria Suzana De Stefano e SHIMIZU, Alessandra de Moraes. **Representações sociais de diferentes políticas de ação afirmativa para negros, afrodescendentes e alunos de escolas públicas numa universidade brasileira.** 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- MIRANDA, Claudia. **Narrativas sobre “cotas” em jornais: O híbrido e o grotesco nos discursos de resistência frente à perspectiva afrodescendente de interculturalidade.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- MORAIS, Christianni Cardoso. **Ler e escrever: Habilidades de escravos e forros? (Comarca do rio das mortes, Minas Gerais, 1731 – 1850).** 29ª reunião anual da ANPED: caxambu, 2006.
- NUNES, Georgina Helena Lima. **Prática do fazer, prática do saber: Vivências e aprendizados com uma infância rural e negra.** 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- PASSOS, Joana Célia dos. **Jovens negros: Trajetórias escolares, desigualdades e racismo.** 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- PASSOS, Mailsa Carla Pinto e CARVALHO, Carlos Alberto de. **Práticas narrativas e memórias da diáspora: Paisagens de uma pesquisa.** 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.
- PEREIRA, Amauri Mendes. **“Quem não pode atalhar, arroteia!” Reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da lei 10639/03.** 30ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2007
- PETIT, Sandra Haydée e CRUZ, Norval Batista. **Arkhé: Corpo, simbologia e ancestralidade de ensinamento na educação.** 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.
- PINHO, Vilma Aparecida de. **Relações raciais no cotidiano escolar: Percepção de professores de educação física sobre alunos negros.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da história oral.** 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.
- RIBEIRO, William de Góes. **Hiphopologia: O que dizem pesquisadores brasileiros sobre o hip hop na escola?** 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.
- RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento negro, raça e política educacional.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- ROSA, Maria Cristina. **Os professores de arte e a inclusão: O caso da lei 10639/2003.** 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- SANTOS, Cássia Fabiane dos. **Cor na UFMT: Perfil de alunos de História, Economia e Direito.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.
- SANTOS, Eneida Pereira dos. **Tradução, registro de memória, atuação do artista: Instigadores do pensar que inventa o que quer a população negra brasileira – Ser igual (e) diferente.** 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.
- SANTOS, Michele dos. **Desafiando o preconceito racial: A escola como organização multicultural.** 30ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2007.

SILVA, Acildo Leite da. **Memória, tradição oral e a afirmação da identidade étnica.** 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.

SILVA, Fabiana Cristina da. **O papel exercido por famílias negras e de meios populares na trajetória de escolarização dos filhos (Pernambuco, 1950-1970).** 31ª Reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.

SILVA, Fátima Aparecida. **Produção e apropriação da memória dos escravizados no Brasil: Escola, movimento negro o 13 de maio em Sorocaba – 1930.** 30ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2007.

SILVA, Paulo V. B. **Personagens negros e brancos em livros didáticos de língua portuguesa.** 29ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2006.

SISS, Ahyas. **Multiculturalismo, educação brasileira e formação de professores: Verdade ou ilusão?** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Construção da identidade dos alunos negros e afrodescendentes: Alguns aspectos.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. **“A heterogeneidade agora é marca da Universidade”.** Representações dos professores da faculdade de direito em relação aos alunos cotistas. 30ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2007.

VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. **Escola pública e o difícil diálogo com a inclusão.** 28ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.

VERÍSSIMO, Maria Valeria Barbosa. **Política educacional e construção de identidade no espaço escolar: Crianças negras.** 27ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7 – 72.